

Data: JT
 19/4/2000 P. 3 A
 Class: 134

O MST e os índios

O Movimento dos Sem-Terra (MST) voltou com estardalhaço ao noticiário, após ficar algum tempo retraído como consequência do avanço dos assentamentos promovidos pelo governo. Primeiramente, aproveitou-se da fraqueza do sistema para arrancar José Rainha Júnior das garras da Justiça "no grito". E, reforçado por mais esta vitória, investe agora no episódio de Eldorado de Carajás, também já julgado e condenado, na expectativa de confirmar que, neste país, as "peitadas" valem mais que as provas judiciais e os veredictos do júri. Por isso, Belém está transformada numa praça de guerra onde se depredam, impunemente, "símbolos" como a Secretaria de Segurança e se tomam reféns.

Nada disso, porém, pagará placê para o grande "tour de force" que o MST, com a competência que lhe é habitual em coisas do gênero, está preparando para marcar as comemorações

dos 500 anos do Descobrimento. Embora os 300 mil índios remanescentes no País sejam detentores de mais de 100 milhões de hectares de terras demarcadas, o equivalente a 11% do território nacional, o que dificilmente justificaria seu enquadramento como "sem terras", o MST não poderia deixar passar a oportunidade de marcar este evento, durante o qual os olhos do mundo estarão postos no Brasil, com a maior conflagração que puder obter, se possível com sangue.

Embora ninguém negue os erros históricos co-

metidos pelos colonizadores europeus em todo o planeta, é inegável que todos os governos brasileiros – e este não é exceção – se têm esforçado por pagar essa dívida, até onde isso seja possível. O MST, porém, não se pauta nem pelos fatos nem pelo que é possível. É, ao contrário, especialista no impossível, que é a condição para o confronto. Se lhe propuserem a deportação, de volta às origens, de todos os brasileiros não índios, assim mesmo arranjará outra "reivindicação" inatendível.

É nesse clima que o governo acaba de anunciar uma série de importantes medidas para o campo.

Uma delas vai terceirizar parte da reforma agrária por meio da promoção de leis, dos quais participarão fazendeiros e empresários que poderão oferecer terra, infra-estrutura e habitação para projetos de assentamento com custo menor e qualidade maior do que o governo consegue. Como toda medida positiva para a causa da reforma agrária de verdade,

O MST é especialista no impossível, que é a condição para o confronto. Por isso, nada que o governo venha a lhe propor será o bastante

esta contará com a feroz oposição do MST.

Anunciou-se, também, que dentro de 30 dias o governo vai enviar ao Congresso um projeto de lei que prevê pena de até quatro anos para quem invadir e ocupar terras. Embora a rigor isso não seja necessário, porque invasão e ocupação de propriedade já é crime capitulado em nossas leis, a iniciativa indica que o governo está novamente inclinado a começar a combater os crimes do MST.

Veremos...